

A RELAÇÃO DE APEGO ENTRE CRIANÇAS ABRIGADAS E SEUS CUIDADORES À LUZ DA PSICANÁLISE

Francisca Valéria de Sousa; Francisca Lílian da Silva; Karolayne Marques Menezes;
Vanessa Cunha Santiago; Francisco Pablo Huascar Aragão Pinheiro.

Universidade Federal do Ceará

Resumo: A pesquisa trata da relação de apego entre crianças abrigadas e seus cuidadores à luz da abordagem psicanalítica. Foi realizada em um abrigo na cidade de Sobral-CE entre 2016 e 2017. Buscou-se entender como a estruturação da função materna das crianças abrigadas repercute nas relações estabelecidas entre essas crianças e suas cuidadoras em suas atividades cotidianas. Para além de se reafirmar a existência da transferência entre criança e cuidador, o trabalho descreve com detalhe como se dá esse processo levando em consideração a dinâmica daquele abrigo em específico, as histórias de vida envolvidas no processo e as peculiaridades de um momento de mudança emblemático no histórico do abrigo - uma alteração quase completa no quadro de funcionários em virtude de uma seleção da prefeitura da cidade, implicando em quebra de vínculos e construção de novas relações, fatos que acrescentaram elementos consideráveis à pesquisa. Para tal, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas, observações sistemáticas, diário de campo, atividades lúdicas (como a brincadeira livre, o desenho temático). Como ferramenta de análise do material recolhido em campo, foi empregada a análise de conteúdo, fato que resultou em três categorias de análise, resultado final da pesquisa. As categorias de análise são: "o abrigo é como uma casa pra mim", categoria em que se fala da relação que as crianças desenvolvem com o ambiente e com quem nele circula na perspectiva delas e de quem lá trabalha; "foi muito doloroso me desligar da cuidadora antiga" como categoria que versa sobre os vínculos quebrados com as cuidadoras que deixaram o quadro de funcionários; "as crianças são como filhos" como categoria que traz a perspectiva das cuidadoras como pessoas implicadas nesse processo de apego, como via de mão-dupla.

Palavras-chave: crianças abrigadas, cuidadoras, apego, função materna.

1. INTRODUÇÃO

De acordo com Maia e Williams (2005), crianças abrigadas são vítimas de violência, seja ela física ou psicológica. Aqui, precisamos nos atentar para o fato de que, embora essas crianças vivessem em um ambiente opressivo e violento, a retirada ou a saída voluntária de seus lares acarreta muito sofrimento, posto que o rompimento de vínculos afetivos é um processo muito doloroso. Acreditamos que tudo isso interfira em suas relações dentro dos abrigos que, de modo geral, trabalham para promover o desenvolvimento adequado e seguro das mesmas. Apesar disso, “o caráter transitório dessas instituições faz com que o interesse e o vínculo aí estabelecidos sejam breves e superficiais...” (DORIAN, 2003).

A função materna – conceito teórico escolhido para guiar as discussões acerca da relação entre as crianças abrigadas e seus cuidadores – é tema muito estudado e traz em seu bojo as relações que se estabelecem entre crianças e

cuidadoras no contexto de abrigamento. Abaixo trazemos alguns estudos sobre o tema.

Freud (2011) coloca que a mãe é o primeiro objeto para a criança, sendo o peito sua primeira fonte de prazer. Diz ainda, que uma das primeiras angústias infantis está ligada à separação da mãe protetora, e chama essa angústia de angústia infantil da nostalgia, ressaltando a importância dessa relação entre mãe e bebê. Ademais, a mãe será objeto de amor para ambos os sexos, após o estágio de autoerotismo.

É a partir desse contato com a mãe, ou com quem exerce essa função, que o processo de constituição do sujeito irá ter seu desenvolvimento. Quando a mãe ouve as demandas da criança, buscando o significado que essa criança quer repassar, ela está legitimando esse outro como sujeito desejante, buscando decifrar um desejo que é particular e diferenciado do seu. (JERUSALINSKY, 2002).

De acordo com Tinoco e Franco (2011) a criança tem a necessidade de estabelecer uma relação em que ela se sinta segura e que represente equilíbrio para sua saúde mental. Com a quebra de vínculos que existe durante o processo de abrigamento, a criança não consegue estabelecer vínculo duradouro e isso gera na criança várias rupturas que poderão desestruturar seu desenvolvimento, podendo motivar a perda da segurança, da inocência infantil e também da confiança no outro e no mundo. Ainda segundo Tinoco e Franco (2011), a institucionalização aparece como processo que se assemelha ao luto, visto que a criança se vê diante de muitas mudanças, perdas e separações, fatos que demandam grande readaptação.

Decidimos, desse modo, nos debruçar sobre a relação existente entre crianças abrigadas e seus cuidadores e, a partir disso, procuraremos entender como a estruturação da função materna pode afetar essa relação abrigado-cuidador. A temática da função materna relacionada aos abrigos institucionais ainda é pouco trabalhada, sendo escassa a bibliografia sobre o assunto. A pesquisa acerca dessa temática torna-se relevante uma vez que a compreensão acerca desses vínculos entre cuidadores e crianças abrigadas, estruturados a partir da função materna, subsidiará a prática de profissionais que atuam nesse campo. Compreender a estrutura, organização e dinâmica do abrigo possibilitará o desenvolvimento de instrumentos que facilitarão a lida com as crianças abrigadas. Acredita-se que o material aqui exposto poderá enriquecer as discussões já existentes, assim como suscitar novas discussões em outras regiões. A pesquisa poderá ainda subsidiar trabalhos posteriores.

2. METODOLOGIA

O abrigo domiciliar do município de Sobral existe há quinze anos, datado de 2002, e tem capacidade para atender 10 crianças e adolescentes, de ambos os sexos, com idade de 7 meses a 17 anos e 11 meses, sendo que atualmente abriga 15 crianças. A instituição conta com uma equipe multidisciplinar composta por uma coordenadora, uma assistente social, uma psicóloga, cinco cuidadoras, cinco auxiliares de cuidadoras, um motorista e um vigia.

O processo de coleta de dados teve duração aproximada de duas semanas, divididas em quatro encontros realizados na própria instituição com duração de aproximadamente duas horas cada um, totalizando oito horas. Em alguns deles, foram utilizadas perguntas pré-elaboradas e em outros foram propostas algumas atividades, como o desenho e sua interpretação, por exemplo.

Tendo em vista o objetivo da pesquisa, trabalhamos a partir do viés da pesquisa qualitativa por compreender que é importante “conhecer as razões e os motivos que dão sentido às aspirações, às crenças, aos valores e às atitudes dos homens em suas interações sociais [...]”. (FRASER & GONDIM, 2004, p.141). Assim, buscamos compreender o sentido que o abrigamento tem para essas crianças, como elas lidam com o fato de terem sido afastadas de suas famílias e como isso influencia em suas relações dentro do contexto de abrigamento. Ou seja, diferentemente da pesquisa quantitativa, “o essencial não é quantificar e mensurar e sim captar os significados” (FRASER & GONDIM, 2004, p.142). Para isso, nos utilizamos de entrevista semiestruturada, da observação participante e de atividades lúdicas para coletar os dados de nosso interesse. Além disso, aliamos a entrevista qualitativa à técnica da observação participante por entender a utilidade dessa aliança, pois

ao se propor estudar características culturais de determinada comunidade, o pesquisador pode estar interessado em conhecer as crenças, os valores e as opiniões das pessoas, e, também, em perceber de que modo estes valores e crenças se expressam no cotidiano das pessoas, ou seja, na sua conduta ou comportamento diários, o que torna pertinente associar entrevistas à observação participante. (FRASER & GONDIM, 2004, p. 146)

Ao entrevistar crianças e cuidadores, não o fizemos de forma distanciada da realidade deles, de certa forma estivemos inseridos dentro do contexto dessas pessoas e, por se tratar de um assunto caro aos moradores do abrigo, precisamos estar o mais próximo possível deles, para que assim, eles pudessem confiar e estabelecer um certo vínculo inicial. Também foram realizadas oficinas de desenhos com as crianças, onde pedimos que estas últimas desenhassem suas famílias de origem, e em seguida

pedimos que explicassem o que produziram, com o intuito de compreender como as crianças entendiam o que foi desenhado.

3. RESULTADOS DA PESQUISA

Nesta seção exploraremos os resultados que foram observados. Utilizando-nos da análise de conteúdo, depois de termos estudado minuciosamente o material recolhido – as anotações em campo, as observações, os desenhos recolhidos, as impressões compartilhadas pelos membros da equipe de pesquisa ao final de cada encontro – chegamos a três categorias de análise. Essas categorias estão dispostas em ordem de aparecimento durante os estudos do material recolhido. Decidimos usar como título para as categorias as frases faladas pelas crianças e pelas cuidadoras exatamente como foram ditas para melhor ilustrar o conteúdo que iremos tratar. As categorias são: *“O abrigo é como uma casa pra mim”*, *“Foi muito doloroso me desligar da cuidadora antiga”* e *“As crianças são como filhos”*;

As duas primeiras frases foram ditas por duas crianças diferentes durante o primeiro encontro e a última frase foi dita por uma cuidadora recém-contratada também no primeiro encontro. A identidade das pessoas aqui citadas está resguardada e representada por uma letra. O conteúdo dos encontros seguintes, apesar de ricos em material de análise em suas especificidades, ainda remonta para essas três categorias. Abaixo exploraremos melhor os conteúdos comuns concernentes a cada categoria.

“O abrigo é como uma casa pra mim”

A frase que encabeça a categoria de análise foi dita por V, uma criança de 9 anos do sexo masculino institucionalizada desde dezembro de 2016, ao ser perguntado se gostava de morar no abrigo, no primeiro encontro que tivemos na casa. Dentro da roda de conversa que fizemos com as várias crianças de diferentes idades que se dispunham a participar, ouvimos algumas respostas semelhantes à mesma pergunta: *“porque tem mais mães”*, *“porque me sinto mais feliz”*, *“somos como irmãos e as cuidadoras como mães”*. Derivamos novas perguntas em consequência das respostas que obtivemos e ouvimos mais frases: *“aqui me sinto seguro”*, *“tem TV, comida, rotina, brincadeira”*.

Durante a entrevista semiestruturada no segundo encontro com a coordenadora da equipe, esta que acompanha o abrigo há 2 anos e busca manter relação estreita com cada criança que passa por lá, fomos informadas de que muitas das crianças institucionalizadas no abrigo que são submetidas ao processo de adoção

sofrem para deixar a casa. Segundo S, a coordenadora, informou, há muitas cartinhas recebidas por ela, escritas pelas crianças, que informam seu desejo de permanecerem no abrigo. Em algumas dessas cartas, há frases como “te amo, S”, e “a vida não faz sentido sem você”. Em sua experiência, S diz que é muito comum observar a identificação de crianças a cuidadoras específicas, o que foi por nós constatado quando no segundo encontro com as crianças perguntamos quem era a tia preferida e todos tinham uma cuidadora a quem recorrer para responder a pergunta.

Nessas falas, observamos, mesmo no encontro inaugural da pesquisa, relações claras de afeto estabelecidas pelas crianças. O que nos chega da relação estabelecida entre as funcionárias e as crianças se assemelha àquela colocada por Winnicott quando trata da função materna: a mãe suficientemente boa que cuida, alimenta, limpa, oferece carinho e segurança, conversa, direciona queixas, atende demandas e serve de meio para o desenvolvimento psíquico da criança. Também em Kuhn (*apud* BOFF, 2002), vemos que é necessária a figura da mãe-escudo – muito facilmente identificável no relato de S quando fala de sua posição no abrigo – enquanto proteção:

a função da mãe como o agente externo que vai, na situação usual, funcionar como o dispositivo pára-excitação, ou escudo protetor, descrito por Freud como aquele elemento cuja ausência expõe o psiquismo à invasão traumática por uma quantidade de excitação que é incapaz de dominar.

Além disso, a ligação que algumas crianças têm com alguma cuidadora específica corrobora com a visão de que é necessária uma figura de apoio ao desenvolvimento infantil, alguém que assuma a função de cuidar e estar presente para a criança, fazendo com que se sinta segura – fator importante para a Teoria do Apego de Bowlby (1973/1984 *apud* DALBEM & DELL’AGLIO, 2005). Também endossa o fato de a função materna não ser necessariamente assumida pela mãe biológica da criança e, por esse motivo, a identificação entre criança e cuidadora se dá mais claramente.

Desse modo, trazemos que é justamente nessa troca subjetiva, em contexto de abrigamento, na relação de alteridade com quem compõe a morada dessa casa-abrigo, que personalidades são formadas, sujeitos estruturados e vinculações construídas.

Quando perguntamos, na roda de conversa, se todos gostavam de morar lá, observamos as negativas vindas de T (adolescente do sexo feminino, 13 anos) e P (criança do sexo masculino, 4 anos). Para T, que tem também uma irmã (S, 12 anos) institucionalizada junto a

ela desde dezembro de 2016, morar no abrigo não é bom porque implica algumas separações de elementos que quer para si: “*não gosto de dividir minhas coisas*”, “*preferia estar com minha própria mãe*”. Foi curioso notar que S, irmã de T, parecia mais confortável em sua situação de abrigamento. O desenho feito por T sobre sua família, durante a oficina de desenho realizada no terceiro encontro, contava com apenas duas figuras centrais que ela atribuiu a si e à irmã.

“Foi muito doloroso me desligar da cuidadora antiga”

Nesta categoria vamos tratar da quebra de vínculos pela qual as crianças passaram durante o período de seleção para novos profissionais. Decidimos tratar deste assunto porque se mostrou recorrente nos encontros e nas conversas que tivemos com as crianças.

A seleção se deu em um contexto de troca de gestão municipal, no mês de maio de 2017. A nova gestão assumiu a prefeitura da cidade de Sobral e, por isso, fez uma seleção para todos os equipamentos públicos, incluindo os abrigos. No abrigo em que trabalhamos, em específico, a seleção se mostrou um empecilho à realização da pesquisa por dois motivos: primeiro porque atrasou a inserção em campo da equipe e porque, quando as novas cuidadoras chegassem, os vínculos com as crianças estariam começando a se formar. Decidimos, no entanto, tomar estes fatos a favor da pesquisa e entender as repercussões dessas questões no cotidiano do abrigo e nas impressões das crianças.

Para V, 11 anos, do sexo feminino, é doloroso falar de sua antiga cuidadora mais próxima que saiu pela seleção. Ela é a autora da frase que intitula a categoria. Em outros encontros, este assunto retornou sempre trazido por ela e em seguida endossado por outras crianças. Ainda na data do último encontro que tivemos, observamos que ainda não havia vínculos mais profundos estabelecidos por V e outras cuidadoras recém-chegadas.

Quando perguntamos como se deu essa aproximação tão grande com essa cuidadora em específico, V nos contou coisas cotidianas: através das conversas, dos conselhos e dos cuidados que a ex-funcionária mantinha com V. Fomos informadas pela coordenadora e por outras cuidadoras que a conduta com as crianças é sempre a mesma: tratar todas igualmente, sem distinção, sem preferência, mas no decorrer dos encontros com as cuidadoras – na categoria seguinte discorreremos melhor sobre esta perspectiva – e com as crianças, percebemos que na realidade, a aproximação mais aprofundada acontece independente de ordens de conduta. Na fala de V, constatamos que a aproximação dessa cuidadora para com

ela era diferente da aproximação com as outras crianças e, por isso, a falta que V sente é maior.

Nesse sentido, observamos que a quebra de vínculos em contexto de abrigamento remonta a uma quebra de vínculos anterior: aquela que se deu entre mãe (ou quem assumisse essa função antes da chegada ao abrigo) e criança. Como traz Dorian (2003), “o rompimento de vínculos afetivos é um processo muito doloroso. Não se pode eliminar uma história familiar sem que se viva muita dor, angústia e medo do presente e do futuro”. Esse pensamento pode ser ilustrado por outra fala de V: “*uma hora ou outra elas (as cuidadoras) vão embora e vão nos deixar*”. Os vínculos que no abrigo se formam se mostram, assim, fragilizados pelas burocracias do serviço, fato que reverbera no relacionamento que as crianças mantem com os outros.

O trauma do rompimento com a figura materna é revivido, causando prejuízos. O serviço, desse modo, cria afetos ao mesmo tempo que impõe barreiras à concretização dos vínculos lá formados, como posto por Boff (2002). Essa situação trazida por V ilustra uma das questões centrais na pesquisa: a estruturação da função materna influencia, de fato, nos vínculos entre criança e cuidador e, também, o abrigo não fornece condições para a estruturação de uma vinculação saudável entre criança e cuidador na maioria das vezes.

Por mais que a questão das cuidadoras antigas retomasse nas discussões com as crianças e com as cuidadoras, tentamos também nos concentrar nas funcionárias atuais, buscando entender como estava se construindo o vínculo entre criança e cuidador novamente. Assim, as crianças nos informaram, em maioria, que a cuidadora R era a sua preferida. Não sabemos dizer se essa informação nos apareceu porque R estava lá presente enquanto o encontro acontecia ou se todas as outras crianças apenas concordaram quando uma criança em específico a apontou enquanto preferida ou se ambos. O fato é que, ao serem perguntados do por que R era a preferida, as respostas variaram: “*porque ela é linda*”, “*porque eu queria ser como ela*”, “*porque ela faz prancha no meu cabelo*”, “*porque ela tem o olho azul e eu queria ter também*”, “*porque ela conversa muito comigo*”, “*porque ela não briga com a gente*”.

Levamos esta informação para a cozinheira - que também assume função de cuidadora e está na equipe há mais tempo, tendo permanecido após a seleção -, para tentar entender sua perspectiva sobre o assunto e a resposta que obtivemos foi: “*R é muito maleável, por isso as crianças gostam dela*”. Maleável como?

“Ela arruma os guardaroupas pelas crianças, coisa que não devia fazer. Faz prancha no cabelo de V, uma préadolescente que é capaz de se arrumar sozinha. Ela deve focar nas crianças que não são capazes de se arrumarem sozinhas.” Com essas informações, percebemos que, apesar de serem impostas algumas normas de conduta e diretrizes de relacionamento a serem cumpridas, o afeto que algumas cuidadoras transferem às crianças é tópico que merece ser detalhado à parte – é o que faremos na categoria a seguir.

“As crianças são como filhos”

Fomos informadas pela coordenadora S que L - a cozinheira que trabalha no abrigo há 11 meses, sem filhos, e que também assume a função de cuidar das crianças - mantém vínculo estreito com T, uma criança com deficiência que está institucionalizada há anos. Esta informação nos chegou por S durante nosso questionamento acerca da sua opinião sobre a vinculação e o afeto que as cuidadoras imprimem nas crianças. A coordenadora usou L como um exemplo de maior vinculação afetiva entre cuidador e criança. Desse modo, quando fomos entrevistar L, já contávamos com esta informação.

Retomando a conversa que tivemos com a cozinheira L, relembramos por meio de nossas anotações sua fala muito pragmática e séria. Entre algumas frases que utilizou, ressaltamos: *“é preciso que haja tratamento igualitário entre as crianças”*, *“sem preferências”*; *“as crianças são como filhos, mas de certa forma”*; *“não se pode se apegar demais”*; *“é preciso ser organizada”*. Durante a entrevista, observamos que a questão do limite sempre retornava em sua fala, o que nos pareceu curioso, dada a informação anterior que confrontava sua fala.

No decorrer da entrevista, no entanto, conforme L se sentia à vontade para responder nossas perguntas de forma mais aberta, perguntamos como era seu relacionamento com as crianças - e foi aí que L começou a falar de uma criança específica, o T. Ao iniciar o assunto, fomos surpreendidas por suas lágrimas – era fácil perceber sua emoção ao tratar do menino T. Falava dele como se fosse, de fato, seu filho, muito implicada em seu relato. Trouxe que se impressionava com a organização de T, uma criança com deficiência – em comparativo, ressaltou como as crianças saudáveis são omissas em suas obrigações enquanto o menino T era tão responsável, mesmo “doente”. Mostrava-se inconformada em como uma criança doce como ele, segundo seu discurso, permanecia em um abrigo, sem adoção. Chegou a admitir que tentara entrar com um processo de adoção para com a criança, mas fora

impedida por razões éticas, visto que mantém um vínculo com a criança no abrigo.

Trazemos o exemplo da cozinheira L e do menino T para ilustrar como a relação de vinculação é via de mão-dupla e independe dos limites impostos pela instituição. Ressaltamos ainda que essa vinculação não se dá de forma aleatória: o que pudemos perceber no relato de L e seu apreço por organização é que sua identificação com o menino T se inicia justamente nesse âmbito: em sua admiração pela responsabilidade da criança.

Desse modo, com esse relato, buscamos ilustrar o modo empático com que as cuidadoras se relacionam com as crianças. Esse modo de estar com as crianças configura, em termos teóricos, uma imagem de segurança e conforto, imprescindíveis para o desenvolvimento saudável infantil, conforme o conceito de *holding* em Winnicott, que postula sobre como a figura da mãe funciona como sustento para a criança. Também, como traz Boff (2002), “podemos considerar como evidência do exercício adequado da função materna a presença, no ambiente, de uma compreensão empática da criança”.

Em outro relato trazido pela cuidadora P, que tem um filho, recém-contratada na seleção, tomamos nota das impressões de alguém que, à data da entrevista, ainda não completara um mês em sua função e, por isso, assumia a posição de ainda estar se familiarizando com a rotina e estabelecendo relações com as crianças. Por esse motivo, P nos confirmou que algumas cuidadoras veteranas são, como já dito anteriormente, mais próximas de crianças específicas e que, em sua opinião, a aproximação se faz necessária para a criação de um vínculo mais estruturado. Em suas palavras, “*cria-se um vínculo, um amor, um afeto de mãe*”.

P ressalta a questão do limite que se deve impor: algumas crianças são manipuladoras e é preciso que haja “pulso firme”. Esse foi outro assunto-comum que se mostrou relevante nas entrevistas com a coordenadora S e com as cuidadoras P e L – a questão da imposição de normas que devem ser obedecidas pelas crianças. O assunto retornou com cara de desafio todas as vezes: a necessidade de se impor leis e a dificuldade de se fazer cumprir no dia-a-dia. Entendemos esse assunto como papel inerente ao adulto que assume a função de cuidar das crianças, repassando-lhes valores e modos de se relacionar no mundo. Conforme traz Boff (2002):

À medida que a criança se desenvolve, se avoluma progressivamente a presença do adulto como aquele que a inscreve na sua cultura e, nesse movimento, passa a circunscrever e delimitar seus modos de ser a partir dos próprios valores e ideais.

Podemos rastrear esse processo até as primeiras rotinas a que se expõe a criança nos seus cuidados corporais de higiene e alimentação, nos seus ritmos de sono e vigília, nas formas com que se lida com a dor e o sofrimento do bebê, enfim, em todos os cuidados rotineiros com os quais o adulto cerca a criança.

Entendemos, assim, a questão da norma como mais um modo de exercer a função materna no trato com as crianças. Assim como traz P, as idiossincrasias das crianças impõem desafios à cuidadora que, por sua vez, deve mediar os conflitos que aparecem na instituição. *“Nenhuma relação é fácil, imagina com 15 crianças, cada uma com histórias diferentes”*, segundo sua fala.

Com esses exemplos, não intentamos inferir, no entanto, que todos os relacionamentos entre cuidador e criança se deem segundo os modelos trazidos, é claro. Até porque, pelas dificuldades impostas pela equipe gestora, sempre nos encontrávamos com as mesmas cuidadoras e, por estarmos presentes nos mesmos dias e horários no abrigo, fomos impossibilitadas de entrevistar outras funcionárias.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos, dessa forma, mediante o contato com as crianças, como de fato a função materna pode ser exercida por sujeitos que não sejam, necessariamente, a mãe biológica. Além de comprovar que o referencial de mãe influencia na relação que essas crianças mantem com suas respectivas cuidadoras. Além disso, vimos como a dinâmica familiar, socialmente instituída como o modelo de família burguesa, pode ser modificada, quando ouvimos que é bom estar no abrigo pelo fato de “Se ter mais mães” e que no abrigo “Somos todos irmãos”, por exemplo.

Quando proposto às crianças uma oficina de desenhos, onde elas deveriam desenhar o que seria uma casa e uma família para elas, o que ficou claro foi o entendimento por parte delas do abrigo como nova casa. “O abrigo é como uma casa pra mim”, fala de uma das crianças durante esse momento, explicita o lugar central que o abrigo tem na vida dessas crianças. O local se organiza como estrutura de abrigo-casa, em que o abrigo é como uma casa convencional, tirando o caráter de instituição, o que favorece nesse processo de enxergar aquele lugar como casa e os personagens que a povoam como família.

Essa questão chama atenção para a problemática da descontinuidade de vínculos.

Essas crianças, constantemente, atravessam situações de despedida, sempre tendo que se readaptar. Ainda que tenham sido retiradas das famílias por alguma razão, muitas falam que desejam retornar às suas casas, que sentem falta dos familiares e da vida que tinham, evidenciando a forte ligação com essa família. Por conta disso, as relações mantidas no processo de abrigamento, devem ser devidamente resguardadas, evitando-se mais desgaste por parte dessas crianças, já fragilizadas.

Assim, chegamos à conclusão de que a estruturação da função materna exerce forte papel no processo de criação de vínculos entre crianças e cuidadoras no contexto do abrigo, e que ser mãe é uma função, podendo ser exercida por qualquer pessoa que pode ser a mãe biológica ou não. Além disso, percebemos que a constante troca de cuidadoras exerce forte influência nas crianças, evidenciando a necessidade de se manter os vínculos criados na situação de abrigamento, como forma de resguardar essas crianças de constantes separações, buscando preservar uma rotina enquanto suas situações são resolvidas. Proteger essas relações o máximo possível é fundamental, já que existe a possibilidade de algumas crianças irem para adoção, onde vão atravessar uma nova quebra e um novo início, uma nova estruturação de vínculos.

A partir disso, enfatizamos a necessidade de manejo dos profissionais que fazem parte dessa rede lidando diretamente com essas crianças. É importante que se respeite a singularidade de cada criança dentro desse sistema, como forma de amenizar o desgaste emocional desse processo. Ademais, trazemos esse estudo como forma de esclarecer alguns aspectos acerca da estruturação da função materna e criação de vínculos dentro do abrigo, colocando a necessidade de se fazerem mais pesquisas que auxiliem no entendimento dessas vinculações e na dinâmica de funcionamento das relações estabelecidas no abrigo.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOFF, Almerindo Antônio. **Recortes de interações entre cuidadores e crianças institucionalizadas: uma avaliação das funções parentais à luz da psicanálise.**

UFRGS, Porto Alegre, 2002.

DLABEM, J. X.; DELL'AGLIO, D. D. **Apego em adolescentes institucionalizadas:**

processos de resiliência na formação de novos vínculos afetivos. Psico [Internet]. 2008

[citado 2010 dez. 2]; 39(1):33-40. Disponível em

<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/viewFile/1455/2793>>.

DORIAN, M. A. **Repensando a perspectiva institucional e a intervenção em abrigos para crianças e adolescentes.** Psicologia Ciência e Profissão, 2003, 21(3), 70-75. DOR, Joël.

1989. **Introdução à leitura de Lacan: O inconsciente estruturado como linguagem.** Artmed Editora.

FREUD, S. (2011). **O Eu e o Id, "Autobiografia" e outros textos.** Obras Completas, Companhia das Letras, vol. 16

JERUSALINSKY, Julieta. 2002. **A demanda de tratamento na clínica com bebês: quando o futuro fica em xeque.** In: Enquanto o futuro não vem: a psicanálise na clínica interdisciplinar com bebês. Bahia: Ágalma. Calças Curtas.

MAIA, J. M. D.; WILLIAMS, L. C. A. **Fatores de risco e fatores de proteção ao desenvolvimento infantil: uma revisão da área.** Temas em Psicologia, 2005, vol. 13, nº 2, 91-103

FRASER, M. T. D.; GONDIM, S. M. G. **Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa.** Paidéia, Bahia, 2004, 14 (28), 139 - 152.

TINOCO, V.; FRANCO, M. H. P. **O luto em instituições de abrigo de crianças.** 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v28n4/03.pdf>>